



**PROFESSOR TITULAR DO ENSINO SUPERIOR -
CURSO: DIREITO (DIREITO CONSTITUCIONAL /
DIREITO ADMINISTRATIVO / DIREITO ELEITORAL)**



PTES - DIREITO (DIR. CON. / DIR. ADM. / DIR. ELEI.)

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Certames Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência de documentos:

- ✓ Verifique seu nome, número do documento e número de inscrição em todos os materiais entregues.
- ✓ Confira o Caderno de Questão Discursiva quanto a falhas de impressão ou numeração.

2. Cumprimento das normas:

- ✓ O descumprimento de qualquer regra constante no Edital, Caderno de Questão Discursiva ou Folha de Resposta Discursiva poderá acarretar a eliminação do candidato.

3. Folha de Resposta Discursiva:

- ✓ É o único documento válido para avaliação.
- ✓ Preencha corretamente o campo da assinatura.
- ✓ Assinale apenas uma alternativa por item.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Devolva a Folha de Respostas preenchida e assinada ao fiscal.

4. Divulgação de provas:

- ✓ Estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme o Edital.

5. Condutas proibidas:

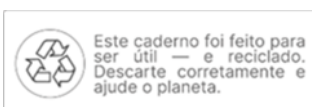
- ✓ Manusear o Caderno de Questão Discursiva antes do horário oficial.
- ✓ Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- ✓ Usar aparelhos eletrônicos de qualquer tipo.
- ✓ Anotar a resposta da questão discursiva fora da Folha de Resposta.

6. Permanência em sala e saída do local de prova:

- ✓ Observe o tempo mínimo de permanência em sala previsto no Edital.
- ✓ Não se retire do local de prova sem autorização do fiscal.
- ✓ Ao concluir a prova, entregue todos os materiais de aplicação exigidos e siga as orientações da equipe de fiscalização.
- ✓ Certifique-se de assinar os documentos de controle, quando solicitado.

EDITAL Nº 001/2026

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROFESSOR DE ENSINO
SUPERIOR NA AUTARQUIA EDUCACIONAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
(AEDAI)



⚠ A prova discursiva deverá ser elaborada na folha de resposta definitiva, único meio válido para correção, com mínimo de 70 (setenta) e máximo de 100 (cem) linhas efetivamente escritas, sendo eliminado o candidato que não atingir o mínimo exigido, e desconsideradas as linhas excedentes ao limite máximo. A folha deverá ser preenchida corretamente, sem rasuras, emendas ou irregularidades que prejudiquem a correção, sendo vedada a consulta a anotações, livros, apostilas ou quaisquer fontes externas de informação durante a realização da prova.

TEMA: 3. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.

QUESTÃO DISCURSIVA:

A supremacia da Constituição exige a existência de mecanismos destinados a assegurar a compatibilidade das leis e dos atos normativos com o texto constitucional. Nesse contexto, o controle de constitucionalidade constitui instrumento fundamental para a preservação da ordem constitucional, podendo ser exercido por diferentes órgãos e mediante distintas modalidades e procedimentos.

Considerando os fundamentos do Direito Constitucional e o ordenamento jurídico brasileiro, como se estrutura o sistema de controle de constitucionalidade no Brasil, quais são as principais características do controle difuso e do controle concentrado e de que forma a jurisdição constitucional contribui para a preservação da supremacia e da efetividade da Constituição?

A resposta deverá ser fundamentada na Constituição Federal, na legislação pertinente e, quando cabível, em entendimentos doutrinários e jurisprudenciais.

LINHA

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100
